

TRIBUNA DO DELEGADO DE POLÍCIA



JUNHO 2019 – ANO 1 – Nº 3

MOVIMENTO UNIFICADO REIVINDICA APOSENTADORIA JUSTA AOS POLICIAIS DE TODO O BRASIL

Idade mínima de 55 anos, contribuição previdenciária que chega a 22% e ausência de lei complementar para os policiais. Esses e outros itens da PEC 06 da Reforma da Previdência foram contestados por carreiras da segurança pública do país no movimento da União dos Policiais Brasileiros, realizado em 21 de maio, em Brasília.

As entidades ressaltam que o texto da proposta não leva em conta as peculiaridades das carreiras, expostas diariamente a risco de vida. E, mesmo diante da mobilização junto aos parlamentares em Brasília e à sua base em São Paulo, as mudanças solicitadas pelos policiais ficaram de fora do relatório elaborado pelo deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), o relator da proposta de emenda à Constituição (PEC).

O documento apresentado no dia 13 de Junho, na comissão especial da Câmara dos Deputados, propõe mudanças, mas nenhuma específica para a carreira policial. Esse, no entanto, não é o texto final da proposta. A PEC começou a ser debatida dia 18 de junho e o parecer do relator pode ser alterado ao longo das discussões na comissão especial e no plenário, desde que haja emendas protocoladas que tratem do assunto em questão.

DELEGADOS PARTICIPAM DE ATO

Delegados civis e federais marcaram presença no Movimento da União dos Policiais Brasileiros, em Brasília, em busca de uma previdência mais justa para a polícia. Os profissionais pediram que parlamentares e os representantes do



Poder Executivo reavaliem o texto da proposta de Reforma da Previdência enviado ao Congresso Nacional e considerem as particularidades das carreiras policiais. Raquel Kobashi Galinatti, presidente do **SINDPESP**; Edvandar Felix Paiva, presidente da ADPF; Luciano Leiro, vice-presidente da ADPF; Thiago Costa, diretor da ADPJ e do Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal; Elizabete Maria Rocha de Moraes, delegada federal e diretora do SINDEPO-DF; Rodrigo Lacordia, diretor da ADPESP; Fábio Lordello, presidente do Sindicato dos Delegados da Bahia; João Moraes, presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Pará, e Marco Antonio de Paula Assis, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Minas Gerais, representaram a classe dos delegados civis e federais dos seus respectivos estados.



DORIA PROMETE MELHORAR A POLÍCIA JUDICIÁRIA

O governador de São Paulo, João Doria, afirmou que irá aprimorar a Polícia Civil até o final de 2019. O compromisso foi feito diretamente à presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (**SINDPESP**), Raquel Kobashi Gallinati, após a abertura da 4ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça, em São Paulo.

Após a autorização para abrir novo concurso público para preencher parte dos cargos vagos na instituição, Raquel elogiou a iniciativa do Executivo em começar a atender as demandas da classe,

entretanto, ressaltou que ainda há necessidade de mais concursos e majoração urgente nos salários dos policiais civis.

Doria, por sua vez, justificou que “abriu o máximo de vagas que pôde”. “Estou tentando corrigir em cinco meses os problemas causados pelas gestões dos últimos 20 anos. Mas estou com boas intenções. Pretendo reajustar os salários e dar condições para que vocês possam trabalhar. Estou empenhado em melhorar a Polícia Civil até o fim do ano”, reafirmou o governador.

EDITORIAL

Os delegados de polícia de São Paulo enfrentam dois desafios: posicionarem-se individualmente contra a proposta de reforma da Previdência, que retira direitos essenciais à carreira policial, e cobrar do governador de São Paulo as promessas realizadas durante a campanha e repetidas à exaustão até agora, principalmente sobre a melhoria salarial. Em Brasília, a atual sugestão de reforma, em trâmite, já sofreu alterações, mas as que propusemos foram ignoradas ou vencidas em discussão. Os líderes de entidades de praticamente todas as carreiras policiais estiveram pessoalmente no Congresso conversando com deputados e senadores, demonstrando que a atividade policial é, desde o cerne, diferente das demais, por ser uma das únicas a enfrentar risco diário. O texto que nos diz respeito, entretanto, permaneceu inalterado. É preciso mudar a estratégia, fazendo com que cada um se manifeste publicamente contrário ao que está na iminência de ser votado. O descontentamento dos policiais deve estar claro aos que decidirão o futuro da Previdência. Pode ser esse o último recurso para tentar sensibilizar os parlamentares.

Em outro flanco, há o âmbito estadual. João Dória precisa expor a maneira como fará com que o policial paulista tenha o maior salário do país, atrás apenas do DF. Sabemos dos trâmites e, até agora, não vimos qualquer indicação de que algo nessa linha esteja em pauta, de modo formal, quando são exigidos diversos requisitos para que se comprometa orçamento de um ano para outro, com detalhada explicação e aprovação do Legislativo. Um voto de confiança já demos. Esperamos ter acertado.

Raquel Kobashi Gallinati,
presidente do **SINDPESP**



SOLEINIDADE HOMENAGEIA OS 34 ANOS DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA

Os 34 anos dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGS) foram celebrados em uma sessão solene no Plenário Juscelino Kubitschek, da Assembleia Legislativa de São Paulo. A homenagem, promovida pelo deputado estadual Delegado Olim, contou com a presença de centenas de autoridades políticas, delegados, policiais civis, militares, guardas metropolitanos, e presidentes e diretores dos CONSEGS de todo o estado.

O Delegado Olim falou sobre a importância da união entre as forças policiais para que a sociedade possa ter uma segurança de qualidade e ressaltou a luta pela valorização salarial das polícias.

Raquel Kobashi Gallinati e Gustavo Mesquita, presidentes do **SINDPESP** e da **ADPESP**, foram parabenizados pela atuação nas entidades dos delegados de polícia. Em

2017, o sindicato promoveu o “Amigos da Polícia Civil”, projeto em parceria com a coordenadoria geral dos CONSEGS para discutir dicas de prevenção contra crimes eletrônicos e sequestro relâmpago.

Em discurso emblemático, Evaldo Roberto Coratto (Magrão), o coordenador dos Conselhos Comunitários há sete anos, relatou o desafio das diretorias regionais em entregar cidadania e segurança pública à sociedade. “Estamos passando por um período complicado na economia e, por isso, a todo momento, precisamos buscar alternativas. Problemas como falta de viatura, de efetivo, de materiais básicos, me entristecem. Ficamos nos perguntando como e o que podemos fazer para estarmos mais próximos da população se não temos recursos e nem mecanismos. Os CONSEGS precisam ser mais vistos pelos nossos representantes”, destacou Evaldo.

EXPEDIENTE

Publicação do **SINDICATO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

11-3337-4578

sindesp@sindesp.org.br
www.sindesp.org.br

Responsável

Raquel Kobashi Gallinati

Jornalista responsável

Adriano Kirche Moneta - Mtb 26.583

SINDPESP nos DEINTERS
JUNTOS SOMOS FORTES!

Delegado de Polícia merece respeito,
salário justo e reconhecimento



Confira o cronograma de visitas e vamos relembrar a luta da entidade por você

DEINTER 1	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	28 DE JUNHO	14H
DEINTER 2	CAMPINAS	28 DE MAIO	9H30
DEINTER 3	RIBEIRÃO PRETO	15 DE JULHO	15H
DEINTER 4	BAURÍ	01 DE JULHO	15H
DEINTER 5	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	25 DE JUNHO	15H
DEINTER 6	SANTOS	24 DE JUNHO	14H30
DEINTER 7	SOROCABA	11 DE JULHO	14H
DEINTER 8	PRESIDENTE PRUDENTE	05 DE JULHO	14H
DEINTER 9	PIRACICABA	22 DE JULHO	15H
DEINTER 10	ARAÇATUBA	03 DE JULHO	12H

[/SINDPESP](#)

[@SINDPESP](#)

[YOUTUBE.COM/SINDPESP](#)

[YOUTUBE.COM/SEGURANÇAPUBLICAEMDEBATE](#)

SINDPESP.ORG.BR / DELEGADOSPOLICIAEMDEBATE.COM.BR

AVENIDA IPIRANGA, 877 - CENTRO, SÃO PAULO
(11) 3337-4578 | 94126-9168 (WHATSAPP)

**ELEIÇÃO DE DIRETORIA
PARA O TRIÊNIO
2019/2022**

Prazo para o registro das chapas
De 13/06 a 12/07, seguindo o disposto
no artigo 8º do Estatuto Social



Local e horário do registro: Sede do SINDPESP
Avenida Ipiranga, 877 - 6º andar, CJ 65
De segunda a sexta, das 11h às 17h

ELEIÇÃO: 09 DE OUTUBRO

A VOTAÇÃO PODERÁ SER FEITA VIA POSTAL (ART. 68, PARÁGRAFOS 1 A 4 DO ESTATUTO)

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO ELEITORAL, ACESSSE WWW.SINDPESP.ORG.BR

DELEGADOS RELATAM COTIDIANO DE CAOS E EXAUSTÃO NA POLÍCIA CIVIL DE CAMPINAS



Delegados da Polícia Civil, promotores de Justiça e membros do Conselho Municipal de Segurança Pública de Campinas se reuniram em maio para debater o caos que vive a Polícia Civil de Campinas. Além da falta de profissionais, as jornadas sem o descanso devido e as precárias condições de trabalho estão levando os policiais civis à exaustão.

A presidente do **SINDPESP**, Raquel Kobashi Gallinati, ressaltou o sofrimento da categoria. “Normas internacionais do Direito do Trabalho são desrespeitadas, principalmente nas regiões do interior, por causa do déficit. O policial civil fica 24 horas de sobreaviso, a semana toda, descansando uma vez no mês. E a consequência disso é o estresse”, argumentou.

O delegado aposentado e advogado do Sindicato dos Policiais Civis de

Campinas, Carlos Henrique Fernandes, classificou a situação da Polícia Civil como caótica. E afirmou que os policiais trabalham sob extrema pressão. “Esse quadro verdadeiramente caótico tem feito com que não se consiga dar atendimento a toda demanda que existe de Polícia Judiciária”, afirmou.

O delegado responsável pela 2ª Seccional de Campinas, Aldo Galiano, reclamou da falta de policiais: “Na Seccional, não há uma equipe de chefia para trabalhar adequadamente. Nós temos o presídio em Sumaré, em Hortolândia, temos muitas ocorrências de tráfico de entorpecentes e uma média de 13 homicídios por mês na área, facções criminosas, o PCC disputando espaço do tráfico. É um mundo inexplorado e parece que o governo não acorda.”



DÉFICIT DA POLÍCIA CIVIL ULTRAPASSA 14 MIL CARGOS VAGOS EM SP

Pela primeira vez desde que foi criado, o Defasômetro do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (**SINDPESP**) atingiu a marca de 14.098 cargos vagos na Polícia Civil. Os dados, atualizados até 31 de maio, apontam que 33,63% dos cargos previstos em lei estão vazios. Somente nos últimos 12 meses, 1.501 profissionais deixaram a instituição.

O problema levou o **SINDPESP** e a Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (ADPESP) a iniciarem uma série de mobilizações para reverter esse quadro.

Quando analisados os dados específicos das carreiras, o déficit é de 831 delegados de polícia. Ou seja, 23,99% das vagas previstas para delegados não estão

CARRERAS	CARGOS EXISTENTES	CARGOS OCUPADOS EM MAIO/19	BAIXAS EM MAIO/19 (APOSENTADORIAS + MORTES + EXONERAÇÕES + NOMEAÇÕES S/ EFEITO)		PROVIMENTOS EM MAIO/19	CARGOS VAGOS EM MAIO/19
DELEGADO	3463	2632	36	0	0	831
ESCRIVÃO	8912	5496	58	0	0	3216
INVESTIGADOR	11957	8637	48	0	0	3320
AGENTE POL.	5282*	4272	26	1	1	1010
AGENTE TEL.	2431	1508	12	0	0	923
PAPILOSCOPISTA	825	531	7	0	0	324
AUX. DE PAPILOSCOPISTA	1317	843	3	0	0	474
CARCEIRO	3035**	-	0	0	0	-
MÉDICO LEGISTA	773	486	8	0	0	287
AUXILIAR DE NECRÓ	489	464	9	0	0	25
ATENDENTE NECRÓ	519	372	5	0	0	147
PERITO	1735	1424	18	0	0	311
FOTÓGRAFO	871	724	13	0	0	147
DESENHISTA	253	202	3	0	0	48
TOTAL	41912	27814	237	1	0	14098

* 2344 CARGOS DE CARREIRO POLICIAL QUE FORAM AGRÉSCIDOS AO CARGO DE AGENTE POLICIAL PELO COMPLEMENTAR 11339/19
 ** CARGOS VAGOS DESDE O DECRETO 59.957/19. PERMANECE RÁPIDO CONTABILIZADOS COMO DEFASAGEM, VISTO QUE NÃO FORAM CRIADOS NOVOS CARGOS PELO GOVERNO EM SUBSTITUIÇÃO.
 Observação: No mínimo 939 pedidos de aposentadorias protocoladas.

preenchidas. Somente no mês passado, a população deixou de contar com o trabalho de 36 delegados; 48 investigadores; 26 agentes policiais; 12 agentes de telecomunicação, 7 papiloscopistas; 18 peritos e 13 fotógrafos, entre outras carreiras da Polícia Civil.

Os dados do Defasômetro não apresentaram melhora desde que passaram a ser divulgados, em outubro de 2017. Confira todas as tabelas em: <http://sindpesp.org.br/defasometro.asp>.

MAJOR OLÍMPIO GRAVA VÍDEO APOIANDO A POLÍCIA CIVIL

O senador por São Paulo, Major Olímpio, divulgou em suas redes sociais um vídeo criticando a postura do governador João Dória de não reajustar o salário dos policiais do estado. O senador ressalta que “Dória tem dito que deixará as polícias com o maior salário do país, mas a data-base já passou e nada aconteceu”.

Na publicação, Major Olímpio diz ao governador: “Não somos infantis a ponto de achar que o reajuste salarial e a reposição das perdas inflacionárias virão nos últimos anos de mandato”. E finaliza: “Se partir para a linha do que aconteceu nos últimos 24 anos, minha caixinha de som e toda a bancada de segurança pública irão para as ruas. Junto com as associações e sindicatos, vamos mostrar à sociedade que, em São Paulo, a polícia atua apesar de governo.”

DELEGADOS DEFINEM AÇÕES E MOBILIZAÇÃO NA LUTA POR VALORIZAÇÃO



Os delegados de polícia do estado de São Paulo realizaram assembleia geral extraordinária para discutir sobre as mobilizações contra os baixos salários. A reunião foi convocada pelo Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (**SINDPESP**) e pela Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (**ADPESP**).

Os delegados definiram uma série de

ações para buscar melhorias salariais. A primeira é a realização mensal de mobilizações contra o sucateamento da Polícia Civil frente ao governador e secretário de segurança pública. Além disso, vão se unir a outras carreiras da polícia para buscar maior valorização; realizar um trabalho de desconstrução da situação de penúria da Polícia Civil perante a sociedade, por meio de uma

empresa de marketing que impulse publicações nas redes sociais e nos veículos de mídia, entregar ofícios e realizar visitas às autoridades solicitando a inclusão da proposta de reajuste salarial no orçamento do plano plurianual do governo.

“Não é exclusividade dos delegados o salário-deboche que é pago pelo Governo de São Paulo. A situação está insustentável e estamos cansados das trapalhadas políticas”, disse a presidente do **SINDPESP**, Raquel Kobashi Gallinati.

O vice-presidente da **ADPESP**, Abraão José Kfourri Filho, ressaltou a importância da união das polícias para que o objetivo comum seja alcançado. “Às vezes, fico emudecido. Após 52 anos de assembleias, ainda debatemos as mesmas coisas, expectativas, dúvidas e decepções. Nós não conseguiremos nada se não fizermos algo em conjunto com as outras forças policiais. Nada virá se não for em conjunto”, avaliou.



ENTIDADES DEBATEM PEC DA PREVIDÊNCIA EM EVENTO NA APMP

A presidente do **SINDPF** SP e diretora regional da **ADPF**, Tania Prado, participou de um debate sobre a Reforma da Previdência promovido pela Associação Paulista do Ministério Público (**APMP**), no dia 17 de Maio. A delegada federal também representou a presidente do **SINDPESP**, Raquel Kobashi Gallinati, que cumpria agenda em Brasília.

Tania ressaltou que as entidades de classe são a voz dos seus filiados e da sociedade civil, que precisa ser ouvida. Ela destacou a situação que será



enfrentada pelos policiais caso a nova Reforma seja aprovada.

“Na parte que diz respeito aos delegados e policiais, que não são

militares, há uma grande injustiça principalmente relacionada à pensão daquele que é morto em serviço. A família fica totalmente desamparada, isso é um absurdo”, avaliou.

O presidente da **APMP**, Paulo Penteado, endossou a preocupação com os profissionais que trabalham com segurança pública. Ele citou ainda o exemplo de um

agente de Polícia Rodoviária Federal que, hoje, com um salário de R\$ 15 mil, caso venha a falecer, terá uma pensão de R\$ 12.251 destinada aos seus familiares.